



Bolsas		Pontuação B3		Dólar		Salário mínimo		Euro		CDI		CDB		Inflação	
Na sexta-feira		Ibovespa nos últimos dias		Na sexta-feira		Últimos		Comercial, venda na sexta-feira		Ao ano		Prefixado 30 dias (ao ano)		IPCA do IBGE (em %)	
0,05%	São Paulo	134.739	135.133	R\$ 5,654	(- 0,38%)	25/abril 5,687	R\$ 1.518	R\$ 6,392	14,15%	14,47%	Novembro/2024 0,39	Dezembro/2024 0,52	Janeiro/2025 0,16	Fevereiro/2025 1,31	Março/2025 0,56
1,39%	Nova York	28/4	29/4	28/abril 5,648	29/abril 5,630	30/abril 5,676									

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Zona Franca do DF sob fogo cruzado

Texto propõe inclusão de 28 municípios de GO e quatro de MG; parlamentares alegam ameaça a modelo de Manaus

» ISRAEL MEDEIROS

Parlamentares do Amazonas se articulam na Câmara para tentar barrar um projeto de 2019 que estabelece a criação da Zona Franca do Distrito Federal, nos moldes da que já existe em Manaus (AM) desde 1967. O texto, de autoria do deputado José Nelto (União Brasil-GO), já foi aprovado na Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (Cindre) da Câmara dos Deputados e será analisado pela Comissão de Finanças e Tributação da Casa.

A nova Zona Franca abrangeria também municípios do entorno do Distrito Federal, com isenções e benefícios que vigorariam por 25 anos a partir da aprovação da lei. A área seria de 20 quilômetros quadrados no DF e em cada município especificado na nova legislação. O texto propõe a inclusão de 28 municípios de Goiás e de quatro de Minas Gerais. Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, a região tem cerca de 4,5 milhões de habitantes.

Os municípios em Goiás são Abadiânia, Água Fria de Goiás, Alexânia, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cabeceiras, Cavalcante, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Flores de Goiás, Formosa, Goianésia, Luziânia, Mimoso de Goiás, Niquelândia, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, São João d'Aliança, Simolândia, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício de Nova Iguaçu. Já em Minas Gerais, seriam Arinos, Buritiz, Cabeceira Grande e Unai.

Para deputados do Amazonas, a criação da Zona Franca do DF seria uma ameaça à Zona Franca de Manaus. Eles defendem que a situação do planalto central

difere muito daquela que ensejou a iniciativa em Manaus nos anos 1950, época em que o governo central buscava formas de melhor ocupar o território nacional, em especial na floresta amazônica, para incentivar seu desenvolvimento e comércio.

O deputado amazonense Pauderney Avelino (União Brasil-AM), que é correligionário do autor do projeto, anunciou que vai pleitear a relatoria para derrubar o texto. "Vou esperar o PL que cria uma nova Zona Franca no Distrito Federal chegar na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), da qual sou membro, para pedir a relatoria da matéria. Além de não haver previsão orçamentária para esta renúncia fiscal, o projeto não está em acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Trabalharemos para que esse PL não passe desta comissão", disse o deputado.

Renúncia fiscal

Para o parlamentar, há uma questão fundamental que impediria o avanço do projeto: a falta de estimativa de renúncia fiscal no texto. O projeto de José Nelto apenas determina que será o Poder Executivo a estimar o montante da renúncia fiscal e a incluí-la no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Especialistas em orçamento da Câmara ouviram pelo **Correio** consideram baixas as chances de o texto avançar sem apresentar os cálculos de renúncia fiscal e sem explicar como se daria a compensação desses valores, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na justificativa do projeto, o autor afirma que a Zona Franca de Manaus é uma "experiência muito bem-sucedida na busca de novas estratégias de desenvolvimento regional no país". Argumenta, no entanto, que desde então houve poucos avanços no desenho de novas políticas de desenvolvimento

Paulo Sérgio/Câmara dos Deputados



Deputado José Nelto, autor do projeto da Zona Franca do DF, defende a adoção de modelo alternativo



Além de não haver previsão orçamentária para esta renúncia fiscal, o projeto não está em acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal"

Pauderney Avelino, deputado federal

regional. Para José Nelto, o projeto traria desenvolvimento econômico para a região.

Ao **Correio**, ele disse que não tem o menor interesse em prejudicar a Zona Franca de Manaus e está aberto a dialogar com os colegas amazonenses para chegar a um acordo. "Não é o objetivo nosso em hora nenhuma prejudicar a Zona Franca de Manaus. Eu estou aberto para modificar o texto, até porque nós temos aqui em Brasília e no Entorno quase uma cidade de Manaus. Porque recebemos brasileiros de todos os estados da federação. E não há indústria nenhuma, não há incentivo para a industrialização de Brasília e seu Entorno", afirmou.

"De todo o Entorno do DF que tem quase a população de Manaus e ele atende uma região esquecida de Minas Gerais, que não tem industrialização, que é a região de Unai, Paracatu. Atende três

estados no entorno de Brasília, o pessoal da Ride (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal, que inclui 34 municípios de Goiás e Minas Gerais, a maioria contemplada no projeto de Nelto)", pontuou o parlamentar.

Pacto federativo

Para Nelto, esta é uma oportunidade de rediscutir, também, a Zona Franca de Manaus. "Temos três unidades da federação envolvidas: o estado de Minas Gerais, Goiás e o Distrito Federal. Eu estou aberto para conversar. Agora, dizer que não vai aceitar, não é assim. É hora de ter o debate. É o momento de rediscutir o pacto federativo da Zona Franca de Manaus também. (...) Por que só lá (em Manaus) pode ter? Nenhum outro estado da federação pode ter? Lá é o modelo, nós podemos adotar outro modelo", afirmou José Nelto.

A discussão sobre a Zona

Franca de Manaus deu os primeiros passos depois da apresentação, em 1951, de um projeto do então deputado federal Francisco Pereira da Silva (1890-1973), que propunha a criação de um porto franco na capital do Amazonas. A ideia da Zona Franca, no entanto, só foi concretizada em 1957, por meio de outro projeto, aprovado pelo Congresso e sancionado pelo então presidente Juscelino Kubitschek.

A Zona Franca foi ampliada dez anos depois, em 1967, quando passou a ser definida por lei como um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas especiais, que permitissem seu desenvolvimento, já que a região era isolada. Foi em 1968 que os benefícios foram estendidos aos bens e mercadorias fabricados na região.

O prazo original da vigência da Zona Franca de Manaus era até 1997, mas nos anos 1980, foi prorrogado por mais dez anos. Uma nova prorrogação veio no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988. Em 2014, a vigência foi novamente prorrogada, desta vez por mais 50 anos. Valerá, portanto, até 2073.

Segundo um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de abril de 2019, a Zona Franca de Manaus promoveu o crescimento da renda per capita acima da média nacional desde sua implementação. O estudo destaca que, em 2010, a renda per capita de São Paulo era de R\$ 30 mil, o equivalente a 1,8 vezes a do Amazonas, que era de R\$ 17 mil. No início da Zona Franca de Manaus, em 1970, a renda per capita de São Paulo era sete vezes maior que a do estado amazonense. "Houve, assim, relevante redução da diferença de renda per capita entre o Amazonas e os estados mais ricos do país", diz o estudo, intitulado "Zona Franca de Manaus: Impactos, Efetividade e Oportunidades".



ROBERTO BRANT

A MAIOR E MAIS ANTIGA DEMOCRACIA DO MUNDO PARECE INDEFESA DIANTE DA AUDÁCIA DO PODER PESSOAL. DE REPENTE, O GOVERNO COMEÇA A RECUAR, ADIAR MEDIDAS RADICAIS E REFREAR IMPULSOS EXTREMOS, COM MEDO DO MERCADO FINANCEIRO

Quando as instituições vacilam, só resta o mercado

No artigo anterior mencionei a observação do filósofo Karl Popper, de que a democracia para sobreviver precisa de instrumentos que impeçam os maus governantes de causarem danos irreparáveis. Que instrumentos poderiam ser estes? O sistema de governo democrático, como o conhecemos hoje, nasceu com a fundação dos Estados Unidos. Os debates que precederam a aprovação da sua Constituição de 1787 e que se mantiveram nos primeiros momentos da república, ainda hoje podem servir para nos ajudar a compreender os dilemas da vida democrática.

Mesmo com o risco de simplificar um debate muito mais complexo, podemos distinguir duas vertentes de pensamento

que lutaram por supremacia na formação inicial dos Estados Unidos. Jefferson e John Adams, de um lado, afirmavam que só a virtude cívica seria capaz de sustentar a liberdade e que o desafio para os políticos seria a formação ou a reforma do caráter moral dos cidadãos.

Basta pensar nos políticos e nas pessoas reais para concluir que, se dependesse apenas da virtude humana, nem a democracia e nem a liberdade política poderiam sobreviver. E, no entanto, não só a democracia americana sobreviveu, pelo menos até agora, como quase todos os países ocidentais tornaram-se democracias vivas e duráveis. Mais que os homens, certamente é o desenho e a qualidade das institui-

ções sociais que são as causas do progresso e da estabilidade democrática. Em primeiro lugar sempre estarão as instituições propriamente políticas, mas quando elas vacilam, outras instituições sociais têm um papel que pode tornar-se decisivo.

Voltando aos primórdios da formação da nação americana, a outra vertente de pensamento, que acabou prevalecendo em certa medida, teve a liderança de Alexander Hamilton. Hamilton via o interesse individual como o principal motor da atividade humana e a república como uma comunidade de interesses, em que o público e o privado deveriam se entrelaçar. Nesta direção, ele via as finanças públicas e o crédito público como instrumentos para

construção da nação. Com esse propósito, propôs que a União arcasse com as dívidas dos estados, combinando-as com as dívidas federais e, em vez de liquidá-las, financiá-las por meio de títulos do Tesouro que seriam vendidos aos cidadãos americanos. Embora este arranjo fosse restrito aos cidadãos de posses e excluísse naturalmente os que não tinham riqueza, segundo ele a dívida pública estabeleceria laços de solidariedade entre o Estado e os investidores, ligando o destino do Estado ao interesse dos indivíduos.

Comprando ou vendendo os títulos da dívida, os cidadãos sinalizavam seu estado de espírito e exerciam algum controle externo sobre o governo. Passados mais de 250 anos,

a democracia americana vive hoje circunstâncias decisivas. Diante de um governo disposto a desmontar as instituições e a desafiar o Estado de Direito, os instrumentos tradicionais de controle democrático estão vacilando em seu papel de equilibrar o exercício do poder e evitar os excessos do poder pessoal. A maioria parlamentar parece ter abdicado de qualquer atitude de moderação e de crítica e o Poder Judiciário tem sido desafiado sem que uma Corte Suprema muito partidária pareça, até agora, disposta a intervir de modo decisivo.

A maior e mais antiga democracia do mundo parece indefesa diante da audácia do poder pessoal. De repente, no entanto, o governo começa a recuar,

a adiar as medidas radicais e a refrear seus impulsos extremos, com medo da única instituição que demonstra autonomia, independência e destemor: o mercado financeiro. O dólar está perdendo valor perante as moedas importantes, no maior declínio dos últimos 50 anos. As ações já perderam 8% do seu valor em 100 dias. O financiamento da dívida de 30 trilhões de dólares do governo ameaça ficar mais caro.

Quando pessoas e instituições atemorizadas se retraem, o mercado, como instituição de última instância, começa a por as coisas no lugar, dando razão ao velho Hamilton e deixando no ar a pergunta: seria possível uma democracia sem livre mercado?